

# A íntegra da análise da CPI

Esta é a íntegra da análise feita pela CPI dos documentos da Odebrecht:

Da análise preliminar dos documentos e também a partir de fatos já observados por esta subcomissão, e tendo como referência única, neste momento, a citação de nomes de parlamentares, temos a apresentar o seguinte:

**1. Parlamentares citados por José Carlos Alves dos Santos, em última correspondência enviada à CPMI, e constantes na documentação analisada.**

**a) Dep. Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP)**

Aparece nos documentos relacionado ao Fundo Nacional de Saúde, onde está inscrito um percentual de 5%. Não encontramos nesses documentos descrição de obras ou emendas. O deputado foi relator do setor 39 do OGU-92 (Ministério da Saúde - Inamps - Fundação Nacional de Saúde).

**b) Dep. José Carlos Aleluia (PFL-BA)**

Na documentação encontramos o nome do parlamentar relacionado a obras no Estado de Pernambuco. Não foi possível identificar, por ilegível, a obra; não estando identificado o órgão. O percentual a ele atribuído é de 0,5 a 1%. Há também uma relação de emendas onde se lê: 'Programas a Cargo de JCA' (iniciais do parlamentar) onde o deputado é o proponente e outras onde não o é.

**c) Dep. Eraldo Tinoco (PFL-BA)**

Está relacionado à emenda apresentada ao OGU 93 no Ministério da Educação, para construção do Hospital Universitário de Teresina. Há um percentual atribuído de

0,4%. O deputado foi o relator do setor 15, Ministério da Educação e do Desporto para esse OGU.

**2. Parlamentares citados apenas na documentação autuada.**

**a) Dep. Gedel V. Lima (PMDB-BA)**

Aparece vinculado à Sudene. Não encontramos obras relacionadas nos documentos. O percentual a ele vinculado é de 4%. O parlamentar foi relator do setor 12 (Presidência da República - Secretaria de Desenvolvimento Regional - Sudene - Finor - Instituto Brasileiro de Turismo e Fungetur) no OGU 92.

**b) Sen. Teotônio Vilela (PSDB-AL)**

O nome do parlamentar aparece vinculado a um percentual que varia de 2 a 2,5%. Embora não tenhamos encontrado obras ou órgãos nos documentos. Aparece ainda como autor de emendas na relação 'Programas com JCA' e também citado como sendo um dos pontos-chave do esquema.

**c) Sen. Almir Gabriel (PSDB-PA)**

Nos documentos não foi encontrada vinculação a obras ou emendas. O parlamentar aparece relacionado a 'campanha/Belém'.

**d) Dep. Mussa Demes (PFL-PI)**

Está citado como relacionado ao MIR e com uma emenda parcial de uma adutora em Pedro II. A emenda foi apresentada, em nome da bancada, para ser executada pelo governo do Estado, no valor de US\$ 417 mil. Aprovada pelo relator parcial, dep. Mussa Demes, e o relator-geral acrescentou US\$ 9 milhões. Há um percentual vinculado de 0,27% para essa obra, além do percentual estipulado para o relator-geral.

**e) Sen. Dario Pereira (PFL-RN)**

O parlamentar aparece vinculado à obra da barragem de Oiticica, com um percentual de 0,89% e a outra emenda do projeto de irrigação de Baixo Açu, com o percentual de 0,28%. O senador foi sub-relator do Dnocs no OGU 93. A emenda do Plano de Irrigação de Baixo Açu foi acrescida em US\$ 417 mil pelo relator parcial e US\$ 2,6 milhões pelo relator-geral. As verbas para a barragem de Oiticica foram acrescidas em US\$ 2,9 milhões e US\$ 4,99 milhões pelos relatores parcial e geral, respectivamente.

**f) Dep. Valdomiro Lima (PDT-RS)**

Está relacionado com a emenda para o Porto de Natal, com um percentual de 1,86%. O deputado foi o sub-relator do Ministério dos Transportes no OGU 93.

**g) O relator parcial do Fundo Nacional de Saúde**

O relator aparece vinculado a um percentual de 1,26% e relacionado à obra do Hospital do Câncer em MT. O relator parcial acresceu US\$ 2,86 milhões e o geral US\$ 2,88 milhões. O relator do Fundo no OGU 93 foi o deputado Osmânio Pereira (PSDB-MG).

**h) Dep. Roseana Sarney (PFL-MA)**

A deputada está relacionada a ofício autuado na casa do sr. Ailton, que foi encaminhado ao MBES solicitando a alteração do QDD do programa de trabalho relativo à ampliação do sistema de abastecimento de água em Imperatriz. Está relacionada em anotação da agenda do referido sr. indicando a data de 16/agosto/93 para uma reunião às 15 horas, na casa da parlamentar. Não encontramos indicação de percentual.

**i) Dep. Fátima Pellares (PFL-AP)**

Foram encontrados ofícios da deputada dirigidos ao MBES, solicitando ampliação dos recursos e priorização dos programas de abastecimento de água de Laranjal do Jari e Macapá, de sua autoria. Posteriormente solicitou alteração do QDD para esses projetos. Esses programas foram aprovados pelo relator-geral, que concedeu US\$ 1,9 milhões e US\$ 1,1 milhão, respectivamente.

**j) Sen. Marluce Pinto (PTB-RR)**

Foram encontrados ofícios enviados ao MBES apresentando projetos relativos ao programa de habitação popular em Roraima e solicitando a liberação de recursos para os mesmos. Um dos programas de trabalho relacionados não existe no Orçamento.

**k) Dep. Ivan Burity (PRN-PB)**

Também relacionados a ofícios solitando alteração de QDD do programa de sistema de esgoto sanitário na periferia norte de João Pessoa - PB.

**l) Dep. Manuel Castro (PFL-BA) e Sen. Josaphat Marinho (PFL-BA)**

Aparecem na 'Lista de Programas a Cargo do JCA' sendo relacionados a emendas do rol.

**m) Sen. Mansueto de Lavor (PMDB-PE)**

O senador aparece na relação de 'amigos apoiadores' que esperam por apoio nas eleições. Além disso em todas as obras relacionadas acima, aparece um percentual ao relator-geral. O percentual varia entre 1,3% e 3% dependendo da obra.

**n) Sen. Afonso Camargo (PTB-PR)**

Então Ministro dos Transportes, teria aconselhado a empresa no sentido de não recorrer de decisão administrativa referente a um processo licitatório até que fosse feita análise do contrato.

**3. Deputados em Processo de Investigação pela CPMI - Orçamento que aparecem nos documentos analisados.**

**a) Dep. José Luiz Maia (PPR-PI)**

O nome do parlamentar consta ao lado de emendas ao OGU, no MIR, com percentual de 0,27%, e Senir, com percentual de 0,23%.

**b) Dep. José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG)**

Foi encontrado um fax a ele destinado, com relação de obras e valores em dólares, datado de setembro de 1993. Os valores totalizam US\$ 119 mil.

**c) Dep. Sérgio Guerra (PSB-PE)**

As iniciais do deputado constam ao lado do nome do deputado José Carlos Vasconcelos e ao lado da obra de Pirapama — a mesma para a qual o deputado Sérgio Guerra solicita por fax o aumento do valor concedido, após a aprovação do Orçamento. Ao lado das iniciais consta o valor de 27 bilhões.

**d) Dep. José Carlos Vasconcelos (PRN-PE)**

Aparece na lista no rol de amigos e ao lado do nome do deputado Sérgio Guerra.

**e) Dep. Cid Carvalho (PMDB-MA)**

Aparece como proponente de emendas que constam da relação de 'Programas a Cargo de JCA'.

**f) Dep. Ibsen Pinheiro (PMDB-RS)**

Figura na agenda do sr. Ailton Reis para um encontro em 18/nov/93 às 18h.

**4. Parlamentares que são considerados como pessoas-chave para relacionamento.**

Mansueto de Lavor

José Geraldo Ribeiro

Messias Gois

Sérgio Guerra

São citados contatos para os respectivos parlamentares acima.

**5. Parlamentares relacionados no grupo 'deputados, amigos que nos apoiam em CPIs, projetos, emendas etc. sem cobrar e esperam por apoio nas eleições'.**

RN — Flávio Rocha

João Faustino

Lavoisier Maia

PI — Jesus Tajra

Hugo Napoleão

PE — José Múcio Monteiro

José Carlos Vasconcelos

Salatiel Carvalho

Roberto França

Roberto Magalhães

Mansueto de Lavor

PB — Francisco Evangelista

Evaldo Gonçalves

José Luiz Clerot

**5. Parlamentares relacionados como ocupantes de postos-chave no Congresso Nacional.**

PE — Roberto Freire

Inocêncio de Oliveira

PB — Raimundo Lira

Ifraim Moraes

PI — José Luiz Maia

AL — Guilherme Palmeira

Teotônio Vilela Fº

**6. Parlamentares elencados como necessários à composição com objetivo de reduzir áreas de agressão.**

Nilson Gibson

Maurílio F. Lima

**7. Outras referências.**

A documentação refere-se ainda ao deputado Miguel Arraes como solicitante de recursos a sua campanha eleitoral. O orçamento mensal estipulado é de US\$ 30 mil.

O governador Antônio Carlos Magalhães e o senador Rui Bacellar são citados como os instrumentos de 'pressão política necessária face aos interesses regionais de salvar a obra' da RFFSA."